

# PATEMIZAÇÃO NA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DOS CORREIOS

Cíntia Regina de ARAÚJO<sup>1</sup> (UFMG)

**RESUMO:** Neste trabalho, temos, por objetivo, analisar alguns fragmentos discursivos do depoimento e do último pronunciamento de Roberto Jefferson enunciados junto à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, tendo em vista que cremos estar ocorrendo uma maior patemização no discurso político contemporâneo. Para tal, assumimos alguns pressupostos teóricos da Retórica.

**ABSTRACT:** In this work, we have, for objective, to analyze some discursive fragments of the deposition and the last uprising Roberto Jefferson in the Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, in view of that we believe to be occurring a bigger patemização in the contemporary politician discourse. For such, we assume some estimated theoreticians of the Rhetoric.

## 1. Introdução

O espetáculo é uma necessidade intrinsecamente associada ao exercício do poder: o monarca deve deslumbrar o povo. Jean-Marie Apostolidès.

Propomos, neste trabalho, uma reflexão sobre a patemização no discurso político, em especial no discurso político parlamentar ocorrido junto à “Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios”, doravante CPMI dos Correios. Acreditamos que, dentre as modificações ocorridas no cenário político contemporâneo, vem ganhando destaque a patemização, tendo em vista a própria mudança dos meios de comunicação. Em outras palavras, nossa hipótese é que está ocorrendo uma maior espetacularização/dramatização no discurso político contemporâneo, uma vez que a mídia vem se transformando e tem exercido, cada vez mais, função mediadora nos gêneros discursivos<sup>2</sup> dos quais os representantes dos cidadãos se utilizam para transmitir suas idéias, como é o caso, por exemplo, do discurso político eleitoral e parlamentar.

Do ponto de vista teórico, estamos assumindo alguns pressupostos da Retórica.

O texto está dividido em três partes. Na primeira, discutimos a relação das provas retóricas, dando ênfase à questão do *pathos*. Na segunda, fazemos uma breve incursão sobre a influência da mídia no discurso político contemporâneo, contextualizando, brevemente, a CPMI. Já na terceira parte, realizamos a análise de alguns fragmentos do depoimento ocorrido no dia 30/06/2005, no Senado Federal, e do último pronunciamento, realizado no dia 14/09/2005, na Câmara dos Deputados, ambos enunciados por Roberto Jefferson.

## 2. A trilogia aristotélica: as provas retóricas

Os homens, seres sociais e políticos por excelência, estão em constantes “lutas” discursivas. O viver em sociedade é permeado por questões diversas que podem tanto uni-los quanto separá-los. Na tentativa de encontrar alternativas que possam configurar-lhes uma dada identidade, eles buscam negociar a distância que os separa, lançando mão tanto de argumentos racionais – *logos* – quanto afetivos – *pathos* e *ethos*.

Assim, *pathos*, *logos* e *ethos* são engendrados pelo discurso, como estratégias persuasivas, numa relação triangular:

as provas de persuasão fornecidas pelo discurso são de três espécies: umas residem no caráter moral do orador; outras, no modo como se dispõe o ouvinte; e outras, no próprio discurso, pelo que este demonstra ou parecer demonstrar. Persuade-se pelo caráter quando o discurso é proferido de tal maneira que deixa a impressão de o orador ser digno de fé (...). Persuade-se pela disposição dos ouvintes, quando estes são levados a sentir emoção por

<sup>1</sup> Contato: rsmcra@terra.com.br ou (31) 9977-0822. Este trabalho foi realizado a partir de minha tese de doutorado, que está sob a orientação do Prof. Dr. William Augusto Menezes.

<sup>2</sup> Textos materializados que encontramos em nossa vida diária e que apresentam características sócio-comunicativas definidas por conteúdos, propriedades funcionais, estilo e composição característica (Marcuschi, 2002: 23).

meio do discurso (...). Persuadimos, enfim, pelo discurso, quando mostramos a verdade ou o que se parece verdade, a partir do que é persuasivo em cada caso particular. (Aristóteles, 2005: 96).

Pelo discurso (*logos*), o orador, situado em uma das extremidades do triângulo, na tentativa de mobilizar as paixões do auditório (*pathos*), tranveste-se (*ethos*) conforme a imagem pressuposta deste interlocutor. Ou seja, à medida que ele toma a palavra, metamorfosea-se, construindo para si imagens que se encontram nos imaginários sócio-discursivos e que ele crê serem lhe favoráveis no processo argumentativo.

Na outra extremidade da figura, encontra-se o auditório: *toda enunciação é, explícita ou implicitamente, uma alocução, ela postula um alocutário*. (Benveniste, 1989: 84). Esse representa o sujeito interpretante dos enunciados, a quem se dirige a ação persuasiva. Enquanto participante do processo, encontra-se em co-relação com o orador. Situá-lo na pirâmide implica dizer sobre o *pathos*, lugar das emoções, dos desejos, das paixões, que podem ser mobilizados para a finalidade persuasiva. Ali, localizam-se os sentimentos que o orador deve provocar no auditório, pois, dependendo da emoção causada nos interlocutores, ele poderá ou não alcançar seus propósitos.

Ora, se (...) *não falamos sobre o mundo, falamos para construir um mundo e a partir dele tentar convencer nosso interlocutor* (...) (Ducrot, 1984), argumentamos para defender nossas verdades (teses), construídas no discurso. Ou seja, apresentamos/construímos teses para as quais desejamos garantir ou aumentar a adesão dos espíritos, conforme salientam Perelman & Olbrechts-Tyteca (2000:4). Enunciamos, argumentando sobre questões (*logos*). Completa-se o “desenho” do triângulo. Situado no ápice da figura, o *logos* refere-se diretamente à própria argumentação ou à produção discursiva. Ele constitui efetivamente a parte técnica da retórica, uma vez que estuda o discurso, a argumentação, ou seja, a linguagem. É naquele “espaço” que o orador aplica as principais regras e princípios da técnica retórica. Nele centraliza-se a arte de construir argumentos e persuadir. Segundo Aristóteles (2005), constituem recursos argumentativos fundamentais o entimema e o exemplo.

Assim, *pathos*, *logos* e *ethos* se complementam. Um existe em função do outro, numa relação de interdependência. Não é possível concebê-los separadamente no processo persuasivo. Eles estão presos uns aos outros, constituindo um elo discursivo. A partir do momento em que se pensa no *ethos* de um dado orador, já se encontra instaurado o auditório com suas peculiaridades emocionais (*pathos*). Ao se agir retoricamente, as três instâncias interagem na produção do efeito de sentido persuasivo na relação orador/auditório: o *ethos*, o *pathos* e o *logos*. (Aristóteles, 2005).

No entanto, uma dessas provas pode se sobressair em relação à outra. O sujeito falante, apesar de ser limitado por um contrato, conta com um espaço de estratégias, lugar no qual pode explorar, dentre as condições possíveis, as mais favoráveis ao seu projeto de fala. Ora, ele pode dar ênfase às características do *ethos*, ora às ações que mobilizam o auditório (*pathos*), ora aos argumentos lógicos (*logos*). Com certeza, ele buscará focar as provas que crê serem mais propícias ao seu propósito. Mas, o que ele possui é apenas uma imagem do que é mais pertinente. Ou seja, nada garante seu sucesso.

Se acreditamos que no discurso político contemporâneo o *pathos* vem se sobressaindo, é importante frisarmos, separadamente, o que estamos compreendendo por esta prova. Vejamos, a seguir, portanto, sua natureza.

## 2.1. Da essência do *pathos*

*Pathos*, do grego, significa tudo que afeta o corpo ou a alma, e tanto quer dizer dor, sofrimento, doença, como o estado da alma diante de circunstâncias exteriores capazes de produzir emoções agradáveis ou desagradáveis, paixões (...). (Bailly, A., 1950). Aristóteles empregou o termo para se referir a uma prova retórica situada no auditório. O orador, para conseguir seus objetivos, deveria suscitar em seu interlocutor sentimentos, desejos, paixões, emoções que acreditava mobilizá-lo.

Assim sendo, o *pathos*, de modo geral, refere-se à mobilização, através do discurso, dos sentimentos do auditório, com finalidade persuasiva. Mas como isso deve ser feito? Ora, o orador não deve limitar-se ao conhecimento passivo do caráter de seus ouvintes. Ele deve tentar influenciar ativamente o estado de ânimo de seu interlocutor, provocando-lhes as emoções, as paixões, os desejos (*pathos*) que mais convenham à causa em questão. Segundo a emoção experimentada em um dado momento e espaço, os ouvintes estarão predispostos a decidir num sentido ou no seu oposto.

Para Aristóteles (2005:160), as emoções são as causas que fazem alterar os seres humanos e introduzem mudanças nos seus juízos, na medida em que elas comportam dor e prazer: tais são a ira, a compaixão, o medo e outras semelhantes, assim como as suas contrárias.

No entanto, é importante que as emoções correspondam às representações sociais do enunciatário para poder desencadear sensações ou comportamentos e ser usadas para tentar seduzir, ameaçar, aterrorizar, enfim, atrair o interlocutor. Isto é, o enunciador precisa conhecer de antemão pelo menos alguns valores comungados por seu enunciatário para poder tentar persuadi-lo. É nessa perspectiva que Perelman & Olbrechts-Tyteca (2000) salientam que, para que ocorra adesão do auditório, é necessário que o orador construa seu raciocínio a partir de *dados* sobre os quais suponha haver um *acordo* do auditório, visto que todo auditório admite certo número de dados. Portanto, toda argumentação supõe um *acordo*, sobre um certo número de fatos, daqueles a quem nos dirigimos. Os autores salientam que constitui objeto de adesão dois grupos de elementos. Um relativo ao real, que comportaria fatos, verdades e presunções; outro relativo ao preferível, que seria representado por valores, hierarquias, lugares do preferível. Ainda, tudo que versa sobre o real, na argumentação, se caracteriza por uma pretensão de validade para o auditório universal, sendo que o que versa sobre o preferível aquilo que nos determina as escolhas e não é conforme uma realidade preexistente, estando ligado a um ponto de partida determinado que só podemos identificar com o de um auditório particular, por mais amplo que seja. (Perelman & Olbrechts-Tyteca, 2000:74)<sup>3</sup>.

Ao falar sobre *pathos*, Charaudeau (2006) frisa que um discurso pode produzir um efeito emocional em um auditório conforme a maneira como se combinarem três fatores: i) a natureza do universo de crença ao qual o discurso remete; ii) a encenação discursiva que pode, ela própria, parecer dramática, trágica, humorística ou neutra; iii) o posicionamento do interlocutor em relação aos universos de crença convocados e o estado de espírito no qual ele se encontra. Assim, o sujeito falante escolhe universos de crença específicos, tematizá-los de determinada maneira e procede à determinada encenação, tudo em função do modo como ele imagina seu interlocutor ou seu público e em função do efeito que espera produzir nele.

### 3. Metamorfose do discurso político contemporâneo: a influência da mídia

O discurso político contemporâneo passa por grandes transformações. Há algumas décadas, a mediação do discurso político era somente por meio da palavra, seja ela falada ou impressa. Ora o orador se instalava no palanque e, ali, marcava sua presença com sua voz, seus gestos, suas vestes; ora sua imagem vinha delineada em cartazes e santinhos.

Com o advento do rádio, a forma de contato entre o político e seu público mudou. O político chegava quase pessoalmente – por meio de sua voz – a recantos que mesmo os impressos alcançavam com dificuldade. No entanto, o rádio não alterou tanto o estilo do discurso político. Seu discurso ainda parecia de comício, com um tom de palanque.

Depois, o cinema trouxe algumas mudanças. Mas, ainda havia o privilégio a uma locução empostada, com cenas de palanque, marcando a distância em relação ao espectador – uma distância que a própria sala de exibição e os rituais próprios da projeção de filmes já enfatizavam. Somente com o advento da televisão é que houve uma modificação radical na forma do discurso político.

Através da imagem, a televisão trouxe o homem político para dentro da casa do cidadão. Os gestos e o rosto do orador ficaram mais próximos do público do que nunca. O cidadão, além de ter a imagem, o que não ocorria com o rádio, passou a tê-la agora de forma instantânea. Assim, a televisão trouxe um sentimento de intimidade, de proximidade. Nas palavras de Miguel (2000), a televisão trouxe mais que uma aproximação. Ela permitiu o próprio contato face a face: há um rosto para ser reconhecido. Essa intimidade modificou o formato do discurso. O tom de palanque, que remete à praça pública, soava, agora, inadequado. Foi surgindo um meio cada vez mais propício à patemização. Assim, as provas localizadas no auditório tiveram que ser repensadas para um ambiente próprio a esta mídia: a produção do espetáculo. Em seu depoimento do dia 30/06/2005, no Senado Federal, Roberto Jefferson, por exemplo, mostra, claramente, saber que está no ar:

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras Senadoras, Srs. Deputados, Sras Deputadas, **cidadão do Brasil que me ouve, cidadã do Brasil que me ouve, (...)**.

#### 3.1. Situando a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios: a história e seu herói

A “CPMI” dos Correios foi instalada pelo Congresso Nacional, em junho de 2005, para investigar denúncias de irregularidades financeiras cometidas por agentes públicos e particulares em órgãos do governo, em especial na “Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos”.

<sup>3</sup> Conforme salienta Menezes (2005), Perelman e Olbrecht-Tyteca (1958) não vêem com bons olhos a utilização das emoções como recurso persuasivo.

A história teve início a partir de uma reportagem da revista *Veja* que revelou a existência de um esquema de corrupção envolvendo o diretor do Departamento de Contratação e Administração de Material dos Correios e Telégrafos (ECT), Maurício Marinho, e o presidente do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Roberto Jefferson. Trechos de uma fita de vídeo obtida pela revista mostram Marinho tentando receber propina de empresários para “facilitar” o acesso de suas empresas no grupo das que fornecem equipamentos de informática aos Correios e cita o nome de Jefferson como suposto mandante. Jefferson é instaurado na trama como vilão. Entretanto, à medida que o ex-deputado era exposto em depoimentos, criava novos fatos político-discursivos, passando ao papel de acusador e envolvendo novos participantes e sujeitos discursivos.

Aqui, estamos considerando que a CPMI dos Correios constitui-se como um evento comunicativo híbrido, composto por momentos diferentes - depoimento e pronunciamento. O pronunciamento apresenta características peculiares a dos gêneros discursivos da instância enunciativa parlamentar; ao passo que o depoimento, apesar de ocorrer no domínio discursivo parlamentar, possui regularidades formais, lingüísticas e enunciativas de gêneros constitutivos do domínio jurídico. No entanto, em ambos os gêneros, há um transbordamento das emoções dos participantes, o que, a nosso ver, é característico de gêneros que se ancoram tanto na instância enunciativa parlamentar quanto jurídica. Ao construir os objetos do discurso, os participantes do “jogo” constroem, simultaneamente, atitudes emocionais em relação a esses objetos.

#### **4. Teatro político: da patemização na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios**

O *corpus* (depoimentos e pronunciamentos enunciados junto à CPMI dos Correios) é rico em possibilidades de análise quanto à patemização/dramatização. A escolha dos fragmentos discursivos de Roberto Jefferson se justifica por dois motivos básicos. Conforme dissemos acima, desde o primeiro momento, Jefferson esteve no centro das denúncias, ocupando o papel de deputado acusado de participar de um amplo esquema de corrupção financeira. Entretanto, à medida que ele era exposto em depoimentos, foi assumindo papéis diferentes no desenrolar da trama.

Os trechos analisados compõem o depoimento enunciado no dia 30/06/2005 no Senado Federal e o último pronunciamento ocorrido no dia 14/09/2005, na Câmara dos Deputados. Vejamos a seguir esses recortes:

##### **Exemplo 01**

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr<sup>as</sup> Senadoras, Srs. Deputados, Sr<sup>as</sup> Deputadas, cidadão do Brasil que me ouve, cidadã do Brasil que me ouve, inicialmente, peço licença para dizer a V. Ex<sup>as</sup> que, apesar de estarmos num teatro de lutas, num teatro de idéias, num teatro político, não vim aqui desempenhar nenhum papel de artista.

##### **Exemplo 02**

Não sou ator. Não faço aqui o papel do herói, porque não sou. Não sou melhor do que nenhum dos senhores; não sou melhor do que nenhuma das senhoras. Sou igual. Não faço o papel de vilão, porque não sou. E os senhores e as senhoras não são melhores do que eu.

Sou um homem, com erros e acertos; defeitos e virtudes. E vou sair daqui de cabeça erguida. Lendo Mateus eu vi lá escrito: “Não temais aquele que pode matar o corpo, temeí o que pode matar a sua alma e o seu espírito”.

##### **Exemplo 03**

Mais tarde, acesso o site da revista *Época*, e a desconstrução é familiar. Colocam a mãe de meus filhos e avó de meus netos de baby-doll na revista, abrem a porta do banheiro e colocam-me sentado na privada, e um amigo meu, meu irmão preto, o Durval, como laranja de uma rádio que arranjei para um cara, há vinte anos, no Governo do Presidente Sarney.

### Exemplo 04

Quero agradecer, em princípio, às mulheres que me permitiram chegar a este momento importante que vivo hoje na minha vida. A minha avó Petiza, força vital. Um jequitibá. Não quebrava, não vergava. Perdeu, precocemente, 2 filhos, o marido, mas não cedeu. Não caiu. A minha mãe, Neusa, com sua fé inabalável em Deus, sua força espiritual para enfrentar adversidades. A Ecila, mãe de meus filhos e avó de meus netos, amiga, guerreira, conselheira. Foi pai e mãe de meus filhos. Deu-me a retaguarda para ir à luta, porque a luta política faz isso conosco, nos transforma em pais ausentes. A Cristiane, minha filha - fisicamente, a mãe, mas o espírito é meu. Sonhei para você, meu amor, a carreira da magistratura. Pedi até a sua professora, Juíza Denise Frossard, que a influenciasse, para que você persistisse na escola de magistratura e fosse uma juíza. Mas a Laurinha, nossa irmã e amiga, conversando com você, convenceu-a a seguir a vida pública. Sucesso, meu amor! Agradeço a você pelos meus 2 netos: Christian e Catarina. A Fabiana, minha filha. Parece comigo fisicamente, mas herdou da mãe a doçura. Já me deu 3 netos: o Vítor, o Artur e o Bernardo. A Mary Land, minha querida prima, que, lá adiante, sempre costura a união entre a família. Eu quero agradecer às mulheres que trabalharam comigo. Não tenho preconceito contra homem - quero que este Plenário, de maioria masculina, entenda isso, ouviu, Capixaba, ouviu, Presidente? -, mas a minha assessoria sempre foi feminina, e isso sempre me permitiu o sucesso.

### Exemplo 05

E devo dizer aqui à Comissão, aos Deputados que me circundam e ao povo do Brasil: o Ministério Público da União, a Polícia Federal, a Corregedoria da União estão nos Correios há 30 dias, lá na Diretoria de Administração, que o meu companheiro honrado, o ex-Deputado Federal Antônio Osório ocupava em nome do meu partido, tentando encontrar um erro, um vício, e até agora não encontraram nada. Setenta por cento das compras que fez foi no pregão eletrônico; 30%, carta-convite para comprar papel higiênico, contas pequeninas. Não há nada. Não consegui compreender ainda por que o zeloso Ministério Público, a zelosa Polícia Federal, a zelosa Corregedoria da União não investigaram a Diretoria de Informática. E fiz questão de dar a fita dos arapongas da ABIN - Agência Brasileira de Informações a todos os Parlamentares desta Casa; reproduzi 600 cópias.

### Exemplo 06

Eu trouxe aqui, Srs. Senadores e Srs. Deputados, porque peguei na Justiça Eleitoral, todas as prestações de contas, a minha e a dos senhores; na Justiça Eleitoral. Aí é o princípio da mentira que a gente vive aqui. Não há, povo do Brasil, cidadã do Brasil, cidadão do Brasil, eleição de deputado federal que custe menos de um milhão, ou de um milhão e meio de reais. Mas a média, aqui na CPI e da Câmara dos Deputados, a prestação de contas é de R\$100 mil.

Não há eleição de Senador da República que custe menos de dois milhões, R\$3 milhões, mas a prestação de contas que exhibo...

Não há eleição de Senador que custe menos de dois milhões, R\$3 milhões. Eu quero mostrar a V. Ex<sup>as</sup> e ao povo do Brasil. Porque esse julgamento aqui do Plenário não me preocupa, Senador. Não é pra vocês que eu tou falando. Nenhuma preocupação. É com o povo que me vê lá fora.

Não há uma eleição de Senador com menos de dois milhões, R\$3 milhões e a prestação de contas, a média é duzentos e cinquenta mil. Esse processo começa na mentira e deságua no PC Farias, deságua nos outros tesoureiros de campanha, agora no Sr. Delúbio, agora no Sr. Marcos Valério. Esse afrouxamento é que tem levado ao enfraquecimento da Câmara dos Deputados, do Governo Federal e dos Governos dos Estados.(...)

E as declarações à Justiça Eleitoral não traduzem a realidade ; nem a minha, porque a minha é igual a dos senhores, não é diferente.(...)

O objetivo de Roberto Jefferson neste discurso é mostrar que está dizendo a verdade, portanto é inocente, e construir para si a imagem do indivíduo que denuncia mazelas da política brasileira. Nesse sentido, ele vai enredando o interlocutor numa teia de operações mentais persuasivas: i) estou aqui humildemente para explicar o que aconteceu; ii) não vou encenar, ou seja, vou dizer somente a verdade; iii) o meu comportamento na política é semelhante ao de meus colegas parlamentares; iv) eu sou um ser humano como qualquer outro, com defeitos e virtudes; v) eu sou uma vítima. Ele busca desconstruir a imagem de vilão com que foi instaurado na trama e construir uma de herói. Vai se moldando, dando a si mesmo roupagens, conforme a imagem que crê serem capazes de mobilizar os sentimentos e os desejos do auditório.

Uma vez que, a princípio, todas as “provas” iam contra ele, era necessário angariar, logo de início, um voto de confiança do auditório. Assim sendo, na abertura de seu depoimento no Senado Federal, Roberto Jefferson dirige-se ao auditório, construindo para si a imagem de homem que tem respeito/consideração pelo interlocutor, pedindo-lhe licença para falar: “(...) peço licença para dizer a V. Ex<sup>as</sup> que (...)”. Ou melhor: ele pede licença para entrar, propriamente, na casa do cidadão. O próprio fato de usar o verbo “pedir” já implica

respeito pelo outro que, por sua vez, indica tratar-lhe com atenção. Ao pedir, o então deputado se coloca em uma posição de humildade e de consideração. É como se ele dissesse: estou aqui humildemente para depor. Peço para entrar na sua casa e explicar o que aconteceu.

Ora, pessoas respeitadas, capazes de se colocarem em uma posição de humildade, são dignas de admiração. Com isso, Roberto Jefferson vai mobilizando os sentimentos do auditório. Como pode alguém tão respeitoso e atencioso estar envolvido em corrupção?

Além disso, ele salienta que não vai encenar, apesar de estar em um teatro. Em outras palavras, ressalta que vai dizer a verdade: “(...) não vim aqui desempenhar nenhum papel de artista”. Assim, pode-se depreender que Roberto Jefferson contrapõe verdade *versus* mentira, assumindo compromisso com a verdade. É interessante observar que a própria escolha lexical do enunciador - teatro, papel, artista - remete à encenação, e que a palavra “teatro” é usada três vezes no fragmento, a nosso ver, com a função de deixar bem marcado na mente do interlocutor a representação de que na política tudo se resume à uma encenação.

Após se colocar em uma posição de humildade, através da comparação, ele busca mostrar que é semelhante a seus enunciatários, no caso, aos colegas parlamentares, numa tentativa de persuadir os cidadãos brasileiros de que se é culpado todos os outros parlamentares também o são e de intimidar os colegas. Constantemente, durante o discurso, ele manifesta saber que está no “ar”: “Cidadão do Brasil que me ouve, cidadã do Brasil que me ouve”; “Não é pra vocês que eu tou falando. Nenhuma preocupação. É com o povo brasileiro que me vê lá fora”. É importante lembrar que Roberto Jefferson foi acusado por colegas, em vários meios midiáticos, de estar apenas encenando. Ele se dirige, diretamente, aos parlamentares, mas busca atingir o povo, no sentido de persuadi-lo de sua inocência. Ao se igualar aos seus colegas, ele parece estar dizendo: se eu sou culpado, vocês também o são, uma vez que todos nós aqui praticamos as mesmas coisas. Esse discurso é reafirmado logo após pelo enunciador, quando esse discute com os parlamentares o financiamento das campanhas políticas. Roberto Jefferson continua reafirmando que vai dizer a verdade: “Não sou ator”. A escolha lexical também permanece no campo da encenação: “ator”, “papel do herói”, “papel de vilão”.

Assim posto, ele afirma que é um homem com erros e acertos, defeitos e virtudes, ou seja, um ser humano “comum”, tentando fazer com que o interlocutor se identifique com seu discurso, consiga se reconhecer nele e adira à sua fala. Além disso, colocar-se como um “homem comum” indica humildade. Ele traz à memória discursiva do interlocutor a idéia de que todos os homens, filhos de Deus, têm dentro de si o mal e o bem. Eis mais um lema que compõe os imaginários sociais. Nesse momento, Jefferson traz também para a cena discursiva uma citação bíblica, a nosso ver, no sentido de mostrar que se preocupa com o espírito e não com a matéria, uma característica bem peculiar ao campo cristão. Durante os depoimentos e os pronunciamentos, Jefferson lança mão de citações bíblicas ou invoca o nome de Deus, mostrando-se como um homem de religiosidade. Em nossa sociedade, de modo geral acreditamos que as pessoas crentes em Deus são bondosas, honestas, generosas. Assim, Jefferson sensibiliza o auditório, adentrando no campo da religiosidade, trazendo à tona virtudes que estariam presentes nas pessoas que possuem uma dada integridade moral e ética.

Roberto Jefferson tenta despertar a compaixão do auditório, se colocando como vítima, ao destacar como a revista *Época* abordou o fato. É importante observar a maneira como a cena foi descrita: a mãe de seus filhos e avó de seus netos de *baby-doll*, Jefferson sentado na privada, seu amigo preto como laranja. Ele tenta mostrar a falta de respeito da revista, uma vez que, segundo ele, ela coloca em cena intimidades da família que não têm nada a ver com o caso, e como essa imagem projetada pela revista afetou sua família. Nesse momento, ele entra no campo da compaixão, sentimento próximo ao amor fraterno, principalmente ao pregado por Cristo (campo religioso). Todo aquele que sente compaixão, amor fraterno, tende a ajudar o outro. É como se ele dissesse: eu estou sendo acusado, e minha família é exposta, na e pela mídia, de forma pejorativa. A desconstrução é familiar.

Em seu último pronunciamento, na Câmara dos Deputados, após ter perdido o mandato, Roberto Jefferson se mostra como um amigo, principalmente das mulheres. Ele se constrói como o homem que está nos imaginários sociais femininos: bom filho, bom neto, bom marido, bom pai, bom amante, bom avô, bom amigo, bom patrão. Por que não bom político? Surge o campo da cumplicidade. Ele sempre foi próximo às mulheres. Ele deve muito a elas, portanto lhes agradece – sentimento da amizade e do agradecimento. Quem é amigo ajuda, coopera com o outro. Ele agradece, mas parece estar pedindo a ajuda das mulheres: vocês não vão me abandonar agora, minhas amigas. Somos cúmplices. O amigo se entristece diante das adversidades enfrentadas pelo companheiro. Além disso, estamos diante do campo da gratidão: tendemos a auxiliar a quem nos faz favores, principalmente quando se trata de amigos.

Jefferson passa de acusado a acusador, ou seja, de vilão a herói. À medida que os fatos foram se desenrolando, ele sensibilizava, cada vez mais, os cidadãos brasileiros com a figura do herói, do salvador da Pátria, personagem tão presente em nossos imaginários sociais e do qual necessitamos tanto em momentos

tão grotescos quanto aos vividos nos últimos tempos no Brasil contemporâneo. Ele chama para sua cena um indivíduo que resolve contar tudo sobre o esquema de corrupção e, ainda por cima, informar o povo brasileiro sobre a quantas anda a política no Brasil.

Também, não podemos deixar de frisar o “tom” dado por Roberto Jefferson ao seu discurso, uma vez que esse foi fundamental na dramatização. As cenas eram ora dramáticas, ora trágicas, ora cômicas, não só no sentido de gestos, expressões faciais, mas, sobretudo, na tonicidade da voz e no uso de ironias, conforme podemos ver a seguir:

### Exemplo 07

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Não, só agradeço aos senhores, ao povo que nos assistiu, a todos os Srs. Senadores, às Sr<sup>as</sup> Senadoras, aos Srs. Deputados...

Senador Eduardo Suplicy, foi tombo mesmo. A Laura Carneiro que me... Eu fui pegar uma escada e não abri a escadinha para subir. Desequilibrei-me, segurei em um armário de 200 quilos, de sucupira, aqueles antigos da Câmara, e ele bateu aqui e me botou para dormir. Quem me socorreu foi a Laura Carneiro e a Luísa, minha Assessora de Imprensa, que está aqui. E me carregaram para o hospital. Foi tombo mesmo. Fui pegar os CDs do Lupicínio Rodrigues. Nós estávamos conversando sobre o Lupicínio, e a Laura falou: então, bota para tocar o Lupicínio.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Qual era a música, por favor? A curiosidade é nacional. Que música era, Deputado Roberto Jefferson?

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Não, não estava tocando ainda a música. Mas era “Nervos de Aço”.

## 5. Considerações finais

Conforme vimos, *pathos*, *ethos* e *logos* se complementam, se situando em uma relação de interdependência. No entanto, o sujeito falante pode dar ênfase a um dessas categorias durante seu projeto de fala. Temos observado que o discurso político contemporâneo está mais patêmico em virtude da transformação e da intervenção, cada vez maior, dos meios de comunicação de massa. Em outras palavras, tendo em vista a evolução e a disseminação desses meios, *pathos*, *logos* e *ethos* precisam ser redimensionados para que seus enunciadores obtenham êxito em suas empreitadas.

Além disso, cremos que o *ethos* se constrói em função do *pathos* que, por sua vez, parece determinar, em parte, a superestrutura do gênero discursivo. No entanto, essa questão fica para uma outra conversa patêmica.

## 6. Referências bibliográficas

ARISTÓTELES. *Retórica*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2005.

BAILLY, A. *Dictionnaire grec-français*. Paris : Hachette, 1950.

BARTHES, R. A retórica antiga. In: COHEN, J. (Org.). *Pesquisas de retórica*. São Paulo: Editora Vozes, 1966.

BENVENISTE. *Problemas de lingüística geral II*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

CHARAUDEAU. *Discurso político*. São Paulo: Contexto, 2006.

DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987.

MIGUEL, Luis Felipe. *Mito e discurso político: uma análise a partir da campanha eleitoral de 1994*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2000.

MENEZES, William Augusto. *Lugares do pathos no discurso político contemporâneo*. CD-ROM (Retórica. Actas do I Congresso do Departamento de Letras Românicas da Universidade de Lisboa, 2005).

PERELMAN, Chaim; TYTECA, L. O. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, CONGRESSO NACIONAL. *Relatório final dos trabalhos da CPMI dos Correios*. Brasília, abril de 2006.